

AS ESTATÍSTICAS ESCOLARES PUBLICADAS NOS RELATÓRIOS/ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DE SÃO PAULO ENTRE 1894 E 1907.

MARCO ANTONIO RODRIGUES PAULO¹ – PPG-PUCSP

Introdução

O presente artigo integra o trabalho *A organização das estatísticas escolares do Estado de São Paulo no período de 1892 a 1920*², investigação que se volta para as primeiras décadas após a implantação do regime republicano e busca entender as estatísticas escolares como parte integrante do processo de racionalização e de burocratização que tomou impulso com a implantação do novo regime³.

No período de abrangência da investigação, foram examinados os *Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo* e os *Anuários do Ensino do Estado de São Paulo*⁴ que, no período, tiveram a função de divulgar as estatísticas escolares coligidas pelo poder público.

Em 8 de setembro de 1892, a Lei nº 88⁵ reformou o ensino paulista e determinou em diversos artigos a organização das estatísticas escolares no Estado, dispositivos que iriam constituir um capítulo específico no Regulamento da Instrução Pública instituído pelo Decreto nº 144-B. Assim, constata-se que, desde aquele ano, São Paulo dispunha de um conjunto detalhado de recursos legais para organizar a produção e a divulgação de suas estatísticas escolares. Todavia, apesar desse aparato legal, só em 1908, com a publicação do *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo* de 1907/1908, a Diretoria/Inspetoria de Instrução Pública passou a contar com um periódico específico para a exposição de seus números.

Assim, com base nessa informação, levantamentos preliminares permitiram o acesso aos Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo, publicação produzida pela Repartição de Estatística e Arquivo do Estado, órgão pertencente à terceira seção da Secretaria dos Negócios do Interior, que seria (...) *encarregada exclusivamente de reunir, classificar e publicar dados estatísticos sobre todos os ramos do serviço público.* (Relatório Estatístico de São Paulo de 1895:209).

Dessa forma, os Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo⁶ se constituíram em um dos principais veículos de divulgação dos números (setores públicos e privados) produzidos no Estado de São Paulo, entre os quais os referentes à educação. Assim, este estudo privilegiou as estatísticas escolares a partir de sua publicação pela Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo nos *Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo de 1894⁷ a 1907*.

Este artigo, portanto, objetiva divulgar parte da investigação que resultou no trabalho *A organização das estatísticas escolares do Estado de São Paulo no período de 1892 a 1920*.

No que compete aos Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo esta investigação foi desenvolvida em duas etapas. Na primeira debruçou-se sobre a estrutura de cada periódico, no que foram considerados os aspectos formais: ano de publicação e de apresentação; o nome dos responsáveis; a editora designada para impressão; o total de páginas; o número de volumes e o fato de apresentarem ou não estatísticas escolares. Na segunda procedeu-se ao exame das estatísticas escolares presentes nos Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo, verificando a complexidade e a frequência com que os dados numéricos⁸ foram apresentados.

1. A Repartição de Estatística e Arquivo do Estado e a composição dos Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo.

Em 11 de novembro de 1891, a lei nº 15, no seu artigo 41, autorizava o governo a reorganizar os serviços das diversas repartições públicas do Estado. Assim, o decreto nº 30, de 10 de Março de 1892, determina em seu artigo 1º que: *Fica criada a Repartição da Estatística e do Arquivo do Estado, a qual se incumbirá da execução de todos os trabalhos relativos aos diversos ramos de estatística (...)*.

Esta repartição foi subdividida em três seções, tendo a segunda seção a responsabilidade pela estatística da instrução pública e particular. Dentre outras funções,

essa repartição teria a obrigação de publicar um relatório anual das atividades desenvolvidas pelo Estado.

É importante salientar, que de 1894 a 1901, o veículo de divulgação das estatísticas do Estado de São Paulo tinha o título de Relatório; a partir de 1901, passou a se chamar Anuário. Antonio Toledo Piza, então Diretor da repartição de estatística e arquivo do Estado de São Paulo, justificou nos seguintes termos a mudança introduzida:

A palavra *relatório* dá sempre idéa da exposição de factos occorridos internamente em determinada repartição, como sejam nomeações, demissões, licenças, remoções e outros incidentes de pura economia interna. Mas a exposição dos phenomenos estatísticos verificados nas condições e no movimento de uma população não constituem simples relatórios regulamentares, de expediente official; são contribuições para o estudo demographico, phisico, político, econômico, financeiro e moral do estado.

Assim, pois, adoptando, de ora em diante, a denominação dada em todos os países cultos aos trabalhos congêneres, apresento aos interessados este annuario estatístico do estado, para 1901, o qual vem acompanhado de alguns serviços novos e interessantes que não constam dos meus trabalhos anteriores. (Anuário Estatístico de São Paulo de 1901:01)

Antonio Toledo Piza pretendia um novo *status* para o veículo de divulgação das estatísticas paulistas, estendendo a ampliação de tal publicação para além da administração pública. Assim, adotando denominação equivalente a dos *países cultos*.

Os Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo publicados entre 1894 e 1907, grosso modo, eram compostos por informações referentes: a *divisão judiciária e administrativa do Estado*, que apresenta a divisão administrativa do Estado (por município e distrito); a *estatística eleitoral*, que apresenta o número de eleitores (por município e distrito); a *estatística referente à imigração*, que divulga o número de imigrantes que entraram no Estado e sua localização; a *estatística econômica*, no qual inclui, dados sobre a produção (por município), sobre as finanças do Estado (por município), sobre o comercio externo paulista, e ainda sobre a iluminação pública, as estradas, entre outros dados; a *estatística dos tempos coloniais*, que apresenta dados numéricos e documentos, referentes a esse período; a *estatística interna da repartição*, que apresenta a movimentação dessa repartição; o *movimento populacional do Estado*, que inclui o número de nascimentos, casamentos, óbitos e óbitos por moléstias⁹.

Todavia, recai atenção especial sobre os Relatórios/Anuários que apresentam sobre o título - *Estatística Moral*, os dados numéricos da assistência pública (hospícios de

alienados, hospitais e asilos, etc.), da caridade particular (hospícios de alienados, hospitais, casas de caridade, associações beneficentes, etc.), da previdência particular (caixa econômica, etc.) e principalmente da instrução pública, (instrução pública/particular, bibliotecas e imprensa.). E importante salientar, que independente de serem encontrados ou não dados e informações referentes às escolas do Estado, sob essa denominação são localizados dados referentes à imprensa e às bibliotecas.

O título - *Estatística Moral*, se manteve até o Anuário Estatístico de 1904, quando a instrução foi inserida no título - *Instrução Pública e Instrução Particular*.

A seguir, são apresentados os resultados da análise das estatísticas publicadas nos Relatórios de 1896, 1897 e 1898 e nos Anuários de 1906 e 1907.

2. Os Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo e as Estatísticas Escolares.

Ao se discutir as estatísticas escolares apresentadas nos Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo até 1907, é possível estabelecer, *grosso modo*, dois momentos distintos. O primeiro corresponde à publicação dos Relatórios de 1896, 1897 e 1898 e o segundo aos Anuários Estatísticos de 1906 e 1907.

O primeiro momento refere-se ao instante inicial na organização das estatísticas escolares divulgadas pelos Relatórios/*Anuários Estatísticos de São Paulo*, e concentra-se em torno da figura de Antonio Toledo Piza, que no cargo de Diretor da Repartição Estatística e Arquivo do Estado, publica os primeiros dados e tabelas referentes a este setor de atividade.

No Relatório Estatístico de 1895 (211-212) Antonio Toledo Piza, aponta as dificuldades presentes nessa empreitada.

Este serviço não figura no presente relatório porque não me foi possível obter dados regulares sobre o movimento das escolas públicas e particulares do estado, nem no relatório da respectiva directoria se encontram informações estatísticas que possam com proveito ser condensadas e anexadas a este relatório para uso dos interessados. Entretanto, este mal é de fácil remédio porque o serviço escolar está sob a vossa immediata fiscalização e uma simples ordem vossa transmittida a toda a hierarchia

de funcionarios da repartição, desde a directoria até o professorado, fará brotar a luz do chão que até hoje tem reinado sobre o serviço de estatísticas escolares.

Dessa forma, o então Diretor da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo ressaltava a importância da instrução pública, mas constata que esse ramo do serviço público simplesmente *não tem uma estatística que preste* o que ocorreria em função das dificuldades na coleta de dados e informações. Para resolver esse *grave* problema, pede a interferência direta do Secretário dos Negócios do Interior da época, Dr Alfredo Pujol. Segundo esse diretor, naquele instante, não existiam justificativas para a falta de *boas estatísticas escolares*; credita a responsabilidade das lacunas encontradas nessas estatísticas à falta de empenho da própria Diretoria Geral de Instrução Pública.

Antonio Toledo Piza ainda afirma,

Antigamente não havia um *systema organizado* de serviços estatísticos; todos os pedidos de informações feitos às câmaras e auctoridades municipaes e funcionarios públicos de qualquer categoria, eram destinadas a fins especiaes do governo e nunca appareciam perante o publico so resultados que dellas se poderiam esperar. Dahi veiu o habito de se considerar inútil todo o pedido de informações e dar-se o nome de *regime do papelório* a todo o serviço sem resultado prático, visível e palpável. (Relatório Estatístico de São Paulo de 1895:212)

Assim, as dificuldades teriam origem na falta de um *systema organizado de serviços estatísticos*. As estatísticas produzidas eram destinadas ao uso exclusivo do governo e não vinham a público. Como o resultado das informações prestadas não era conhecido, passou-se a considerar como inútil qualquer pedido de informações.

Nesse primeiro momento, pode-se afirmar que apesar das dificuldades mencionadas em relação à coleta dos dados, localiza-se uma grande quantidade de dados numéricos, o que possibilita uma visão ampla sobre o estágio da instrução pública primária.

Nas tabelas estatísticas dos Relatórios de 1896, 1897 e 1898 são encontrados dados basicamente referentes à instrução pública primária, dados referentes às escolas isoladas, às escolas e cursos noturnos e aos grupos escolares. São tabelas, que expõem dados como: o número de escolas, a matrícula por sexo, a matrícula por idade e

nacionalidade; a matrícula e a frequência; e o número de professores (corpo docente); deve-se salientar, que não são localizados dados referentes às escolas reunidas.

É importante destacar que ainda nesses relatórios são apresentados dados sobre a média da matrícula e frequência, dados que não são localizados nos Anuários Estatísticos de 1906 e 1907. Assim, apesar de apresentar dados numéricos referentes apenas ao ensino primário público, não se pode afirmar que são inferiores aos dados publicados posteriormente.

Após esse primeiro momento, as estatísticas escolares praticamente desaparecem dos Relatórios/Anuários Estatísticos reaparecendo somente no Anuário de 1906.

O segundo momento refere-se aos Anuários Estatísticos de São Paulo de 1906 e 1907, nesses Anuários são apresentados dados e tabelas referentes ao ensino particular e público; relativos ao ensino primário, secundário e superior, em suas diversas modalidades escolares.

Sobre o ensino público foram apresentados dados sobre todos os graus de ensino (primário, secundário e superior) nas suas diversas modalidades escolares. Nos Anuários analisados além das tabelas referentes ao ensino primário, são encontradas tabelas referentes; aos ginásios do Estado, a escola normal e suas anexas e as escolas complementares. Sobre o ensino superior são encontradas tabelas sobre a Escola Politécnica.

Ainda são localizadas tabelas referentes à distribuição da verba destinada a instrução paulista e, nessa área pode-se destacar também tabelas que apresentam dados numéricos que revelam a verba destinada pelos diversos municípios as suas escolas.

Em relação ao ensino particular destaca-se o fato das tabelas exporem os dados referentes aos ginásios particulares equiparados, sobre as escolas pertencentes à *Associação Feminina Beneficente do Estado de São Paulo* e sobre a faculdade de Farmácia.

Esses Anuários informam, entre outros dados, números de escolas/classes, matrícula/matricula por sexo, matrícula por nacionalidade, matricula por idade, matrícula/freqüência, promoção/retenção, corpo docente.

Considerações Finais

Não se trata de discutir a diversidade e a qualidade das estatísticas apresentadas nos Relatórios/Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo, que aos olhos do século XXI podem ser entendidas como pouco elaboradas e rudimentares.

O mais significativo é apontar a produção e existência dessas estatísticas como um momento no esforço de estruturação do serviço de estatística escolar; esforço que apresenta momentos de avanço e de retrocesso, e que vistos sob a ótica da estruturação burocrática do novo regime, pode ser entendida como um passo fundamental na estruturação de uma importante técnica para o conhecimento da coisa pública. Técnica que teve o importante papel de contribuir para o melhor entendimento da realidade da instrução do Estado.

Ao expor o padrão das estatísticas escolares no Estado de São Paulo, não se pode deixar de atentar para um aspecto fundamental: os números ou mesmo a ausência deles exprimem mais do que a dimensão quantitativa da educação escolar; eles expressam um determinado enquadramento, um determinado modo de se fazer ver o que se quer evidenciar e de esconder o que não se quer ver exposto.

A exposição de alguns dados em detrimento de outros, em um jogo de mostra e esconde, representa mais do que uma tentativa de dotar a burocracia de uma técnica para o conhecimento melhor da coisa pública, significa mais do que a capacidade dos organismos do Estado de elaborar e apresentar as suas estatísticas. São momentos em que se pode capturar, por meio do conjunto das informações, das tabelas e dos dados, não só o modo pelo qual se exerce o poder em um determinado período de tempo, mas principalmente para quem se governa nesse mesmo período.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Prof^a Dr^a Mirian Jorge Warde.

² PAULO, M. A. R. 2002. *A organização das estatísticas escolares do Estado de São Paulo no período de 1892 a 1920*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

³ Este trabalho concentrou-se entre as primeiras reformas republicanas da instrução pública (1892) à reforma Sampaio Dória (1920), período em que o Estado de São Paulo procurou estruturar seu sistema de ensino por meio de complexa legislação.

⁴ São fontes privilegiadas dessa investigação: os Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo de 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906 e 1907 e os Anuários de Ensino do Estado de São Paulo de 1907/1908, 1908/1909, 1909/1910, 1910/1911, 1911/1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919 e 1920/1921.

⁵ As Leis, Decretos e Resoluções presentes nesse artigo constam da Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo entre 1889 e 1921.

⁶ Deve-se salientar, que os Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo, foram localizados no Arquivo do Estado de São Paulo (AHSP) com exceção da publicação de 1895, que foi encontrada no Acervo Histórico da Assembléia Legislativa de São Paulo (ALSP).

⁷ Os Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo foram produzidos a partir de 1894. Apesar de não ser encontrada publicação anterior a essa data, o relato de Antonio Toledo Piza, Diretor da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo, ao explicar a mudança da nomenclatura *Relatório* para *Anuário*, afirma: *Este annuario estatístico é a continuação dos relatórios publicados annualmente, desde 1893, pela repartição que dirijo. Quando assumi o exercício do meu cargo, já encontrei a denominação 'relatório' dada por meu antecessor ao conjunto dos trabalhos estatísticos executados sob sua direcção.* (Anuário Estatístico de 1901 1).

⁸ Cabe aqui explicitar o que se entende por: *informação*, por *dado numérico* e por *tabela estatística*. Segundo Luna (2000), *informação é algo que não foi elaborado e, não tendo passado por tratamento, não resulta em um dado*, no exame dos Relatórios/Anuários Estatísticos de São Paulo, o nome de uma escola, sua localização, o nome de seu diretor, de seus professores etc. Para as *Normas de apresentação tabular* (1993) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE *dados numéricos são a quantificação de um fato específico observado*; neste caso, tome-se como exemplo o número de alunos matriculados e freqüentes numa dada escola, num determinado ano. Ainda segundo as *Normas... tabelas estatísticas são uma forma não discursiva de apresentar informações nas quais o dado numérico destaca-se como informação central*. Embora este estudo apresente informações e dados numéricos isolados, concentrou-se no exame dos dados numéricos inseridos em tabelas estatísticas.

⁹ Deve-se salientar que durante o período colonial e o Império, o estabelecimento dos registros civil era de competência exclusiva da igreja, com a Proclamação da República a estatística referente ao registro civil começa a ser reorganizada.